

“Y DERRAMAR SU SANGRE POR NUESTRO AMADO REY EL SEÑOR DON FERNANDO SÉPTIMO”: INVASÃO PORTUGUESA NA BANDA ORIENTAL, 1811.

Andréia Aparecida Piccoli*

Este trabalho analisa a comunicação política na monarquia portuguesa, por meio da intercomunicação dos vassallos das Coroas de Portugal e Espanha, no extremo sul da América, durante o início do século XIX. Esses, valiam-se de suas organizadas redes de comunicação política e de inteligência, porque existiam longos ciclos de confrontos pela soberania sobre o território.

Atemo-nos ao processo de emancipação política do vice-reino espanhol do Rio da Prata, no qual a rivalidade imperial e as necessidades fronteiriças avançaram para a cooperação entre espanhóis realistas e portugueses contra os revolucionários de Buenos Aires, aproximação que possibilitou a intervenção militar portuguesa de 1811 na Banda Oriental.

No final do século XVIII e início do XIX, os lusitanos mantiveram um serviço de inteligência voltado a monitorar os espanhóis na região platina. Por isso, foram utilizados expedientes administrativos para vigiar a fronteira, sendo que, as informações obtidas sustentavam as decisões de controle necessárias para manter o território e governar. Pesquisamos a comunicação política ibérica a partir de missivas entre os responsáveis por administrar os postos de fronteira da capitania do Rio Grande de São Pedro e os territórios do vice-reino do rio da Prata, principalmente a Banda Oriental.

Analisaremos a perspectiva da troca de correspondências de oficiais portugueses nos anos anteriores à revolução anticolonial de maio de 1810 e, no período, também as missivas entre oficiais de Suas Majestades Fidelíssima e Católica, isto é, os reis de Portugal e de Espanha. Notaremos a formação de partidos definidos em torno de seus projetos políticos, seja a permanência da ligação com Madri, a expansão e proteção dos domínios portugueses, ou a autonomia das possessões hispânicas. Para tanto,

* Graduando História na Universidade de Passo Fundo. Bolsista de iniciação científica PIBIC-UPF. E-mail: 135438@upf.br

utilizamos cartas e ofícios como corpo documental, os quais estão depositados nos fundos Autoridades Militares e Autoridades Militares do Rio da Prata do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O primeiro diz respeito à parte portuguesa da comunicação e o segundo a espanhola.

Compreendemos a circularidade das missivas, a qual implica na sua constituição, porque o remetente considera os meios de circulação até o destinatário (CONCEIÇÃO, 2013, p. 74). No extremo sul da América portuguesa, a situação de espionagem foi possível porque a fronteira projetada pelas Coroas Ibéricas, com distinção política, existiu para os habitantes como um espaço social. Os vassalos dos Impérios “habitavam espaços contíguos e conviviam frequentemente, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de devolução de desertores e escravos fugidos, como frequentemente os oficiais militares praticavam” (COMISSOLI, 2014a, p. 28). Diríamos uma fronteira porosa, baseamo-nos na interpretação de Comissoli sobre o assunto:

A despeito da divisão política a fronteira é um fenômeno de porosidade, permitindo o trânsito de pessoas, mercadorias e ideias. Se de um lado a fronteira demarcava duas áreas de autoridades políticas diferentes, de outro criava uma zona comum. Em termos ideais as idas e vindas deveriam ser regradas por documentos oficiais que autorizassem a saída e entrada nos territórios. Contudo, o cotidiano da fronteira seguia padrões mais flexíveis (ou múltiplos) e a ausência de suficiente vigilância impedia a fiscalização do considerável número de pessoas a mover-se em ambos os sentidos (COMISSOLI, 2014b, p. 4).

Portanto, os núcleos emissores de informações portuguesas, segmento que mais dispomos, são as regiões fronteiriças com quartéis militares de Rio Grande e Rio Pardo, a partir dos seus comandantes militares, respectivamente, Manuel Marques de Souza e Patrício José Correia da Câmara. A fronteira de Rio Grande controlava a porção meridional dos domínios enquanto Rio Pardo, a ocidental, contando a partir de 1801 com as Missões. Os trabalhos dos comandantes eram autônomos, mas eles comumente trocavam correspondências, desse modo conhecendo as ocorrências da outra fronteira. A maioria da correspondência foi redigida nesses locais, por esses comandantes, para o governador da capitania ou seu ajudante de ordens, o segundo mais frequentemente,

alocados em Porto Alegre. A capital estava sob as ordens direitas do governador, a mais alta autoridade militar e administrativa da capitania. Sabemos que o trajeto das correspondências obedecia a hierarquia administrativa da monarquia portuguesa, ressaltando o seu caráter político de comunicação. Assim, os comandantes de fronteira estavam unidos a um sistema de informações estendido hierarquicamente com seus superiores e subalternos.

Tratando-se dos espias, cuja missão expressa era acompanhar a evolução dos eventos e relatá-los tão rápido quanto possível aos seus superiores, não encontramos correspondências de próprio punho. Igualmente indisponíveis de escritos de batedores avançados. Por isso, percebemos que os informantes são acessados por meio das correspondências de seus oficiais superiores. Essa condição implica em uma abreviação dos relatos, na transposição às epístolas. Para atualizar o governador sobre as zonas de fronteira, os comandantes reuniam todas as notícias possíveis, muitas vezes opinando a respeito da confiabilidade delas. O governador separava as notícias, decidindo sobre quais elementos seriam tomadas as decisões. As comunicações poderiam, dependendo da relevância, serem levadas aos graus hierárquicos mais altos, tais como o vice-rei do Estado do Brasil e os secretários de Estado na Corte de Lisboa (do Rio de Janeiro, a partir de 1808).

Esse serviço, segundo Comissoli (2014a, p. 25), não nasceu na primeira década do século XIX. Tratava-se de um expediente administrativo constantemente utilizado, proveniente do longo ciclo de confrontos entre as Coroas ibéricas pela supremacia na região.

A comunicação foi prestada cotidianamente, permanentemente e em pequenas proporções, sustentando as autoridades superiores na tomada de medidas necessárias, inclusive as de grandes propósitos (COMISSOLI, 2014a, p. 37). Assim, a importância desses coletores de notícias, os quais em último grau abasteciam os centros decisórios da Coroa. Em concomitância, a informação significava controle, indispensável para governar, por isso vigiar a fronteira foi de importância política vital.

No fundo Autoridades Militares, averiguamos que entre os assuntos recorrentes estavam ações militares e o desenvolvimento das disputas políticas dentro de Buenos Aires e Montevideú. Compreendemos que essas missivas serviram para a organização

de campanhas militares – notadamente a de 1801 e a de 1811 – sendo fundamentais para o sucesso de operações bélicas e patrulhas de fronteiras, pelo conhecimento adequado da situação e do posicionamento do inimigo. Além disso, para o acompanhamento de eventos significativos na região – bem como discernimento sobre eles – durante o processo de emancipação política dela, auxiliando na manutenção da ordem social (COMISSOLI, 2011, p. 5).

Em carta datada do dia 16 de agosto de 1809, Francisco das Chagas Santos, comandante da província de Missões, escreve ao governador Paulo José da Silva Gama (1802-1809), citando a necessidade do monitoramento constante na fronteira:

Sendo o principal objeto, que VExa justamente me recomenda a conservação da fronteira em um estado respeitável de defesa, tendo a maior vigilância em que não seja surpreendida, participado eu prontissimamente a VExa do menor movimento, ou novidade, que observar nos nossos confinantes, e requerendo-lhe quaisquer providências, que eu julgar mais eficazes para esse fim [...] Estas prevenções, ou sejam para se defenderem, ou para nos atacarem, já estão na sua fronteira; e quando eu souber, ou observar algum movimento contra nós, pode suceder, que não haja tempo de recorrer, e alcançar de VExa, ou mesmo do comandante da fronteira do Rio Pardo as providências e socorros necessários a esta fronteira [...] (AHRs, Autoridades Militares, maço 13, documento 72, 16 ago. 1809).

Percebemos na passagem a preocupação com a manutenção da fronteira, desse modo, a vigilância portuguesa possibilitava acompanhar a movimentação inimiga, para saber como melhor conduzir as situações político-militares, a fim de manter a integridade territorial. Essa prática também conduz a uma estratégia de economia das forças bélicas visto que ao manter a vigilância se contornava um estado de guerra aberta.

Em fevereiro do ano anterior, outro comandante de fronteira, Manuel Marques de Souza escreve a Paulo José da Silva Gama, participando-lhe a sua desconfiança sobre as intenções do capitão espanhol da marinha Dom Luis de la Robla, vindo de Montevideú, que dizia estar em território lusitano para entregar um ofício do governador do Rio da Prata ao governador da capitania. Todavia, Marques de Souza conjectura que o capitão esteja procurando levantar informações sobre as defesas

portuguesas, porque não é de costume empregar capitães, somente em assuntos de ponderação: “Desconfiei da visita deste oficial que seria unicamente para pesquisar e saber, dos nossos movimentos ou forças. Agora mesmo acabo de saber que vem reforço de tropa para o forte de Sta Theresa, o que mandei examinar” (AHRS, Autoridades Militares, maço 12, documento 2, 25 fev. 1808). Nota-se a desconfiança e a constante vigilância exigidas pela tensão de fronteira. Da mesma forma, ao obter informações de outras fontes percebe-se como os circuitos fluem em direção aos nodos que são os comandantes de fronteira, os quais procuravam se assegurar dos acontecimentos ao sobrepor notícias. Dessa forma, Marques de Souza oferecia ao governador o relato mais consistente e preciso de que julgava dispor.

A partir desses documentos constatamos a rivalidade entre os impérios português e espanhol na região platina, bem como a preocupação com a manutenção fronteiriça. Esse panorama está presente na documentação do Fundo de Autoridades Militares anterior à revolução de Buenos Aires. Porém, quando nos atemos a documentação espanhola, presente no Fundo de Autoridades Militares do Rio da Prata, a partir de 1811, compreendemos que o quadro passou para um auxílio entre os realistas e os portugueses, tornando-se o inimigo os insurretos de Buenos Aires, isto é, os revolucionários.

Os portugueses tiveram centralidade em inúmeras ações, um exemplo aparece em correspondência datada do dia 8 de setembro de 1811, escrita em Serro Largo, de Joaquín de Paz (comandante de Serro Largo) para D. Diogo de Souza (capitão-general governador do Rio Grande de São Pedro). O remetente escreve:

[...] un individuo de nación portuguesa tiene voz activa en el territorio dependiente de una comandancia principal de mi cargo, ¿ que más indicante de que los dominios de mi augusto soberano el Señor D. Fernando 7º están en poder de los pacificadores en esta parte de frontera?” (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 207, 8 set. 1811).

A hierarquia comumente empregada pelos espanhóis, na qual Paz tem o território de Serro Largo sob o seu comando, nessa situação extraordinária foi dissentida, passando o poder para o Exército de pacificação da Banda Oriental – antigo

Exército de Observação –, isto é, o exército português. Ele foi primeiramente feito para prevenir as lutas no Rio da Prata de chegarem aos domínios portugueses, a partir da Capitania do Rio Grande de São Pedro. No momento, servia em territórios espanhóis vinculado aos interesses realistas, contra as forças de Buenos Aires e dos orientais unidos a Artigas.

A fim de manter a comunicação, muitas correspondências do fundo de Autoridades Militares do Rio da Prata são de oficiais espanhóis ligados à Montevideu noticiando o governador do Rio Grande de São Pedro, Dom Diogo de Souza. Por exemplo, no dia 15 de dezembro do ano de 1811, Dom Gaspar de Vigodet (capitão-general e governador das províncias do Rio da Prata) escreveu para Dom Diogo, informando-o sobre a perseguição ao caudilho Artigas, bem como a necessidade de auxílio de tropas portuguesas, ainda enviou um exemplar de gazeta com os acontecimentos de Buenos Aires (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 106, 15 dez. 1811). No dia 21 do mesmo mês, Vigodet escreveu novamente para Dom Diogo, informando novidades sobre Artigas,

Para el debido conocimiento de V.E, me dispensaré el honor de decirle que el comandante del Uruguay el teniente coronel D. José Ventura Quintas, me participa últimamente que, cuenta de 6. de este mes, el caudillo Artigas empezó a parar el salto con las tropas de su mando; y que dudaba si obligaría a ejecutar lo mismo a las familias que le siguen (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 107, 21 dez. 1811).

Em outra missiva, escrita por ele no dia 31 do mesmo mês, possivelmente repassou para Dom Diogo na íntegra as informações extraordinárias que recebeu de Benito Chain (oficial de milícias), sobre as indicações dos movimentos de Artigas e informações sobre a junta de Buenos Aires. Ele transcreve de Chain:

Artigas se halla pasando el Uruguay en el salto [...] me aseguran hasta la evidencia, que la junta de Buenos Ayres ha remitido a Artigas los despachos de gobernador de misiones, pero él parece que hasta la presente no está decidido en sus proyectos [...] (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, S/N, 31 dez. 1811).

Então, a mais alta autoridade do vice-reinado do Prata mantém comunicação constante com o governador da Capitania de São Pedro, o qual é informado sobre os assuntos de relevância político-militar.

Ademais, apresentamos uma solicitação do vice-rei do Rio da Prata, abrigado em Montevideú, Dom Francisco Javier Elío, por tropas portuguesas para auxiliar na defesa da Banda Oriental, como segue:

No hay duda que el deplorable estado en que se hallaba todo el país español comprendido en esta banda oriental del Río dela Plata, obligó a que el exmo. Señor Virrey D. Francisco Javier Elío demandase las tropas del mando de V.E, haciendo uso con aquella oportunidad de las reales ordenes que para un caso de esta naturaleza, se habían obtenido dela dignación de S. A. R. el serenísimo señor príncipe regente de Portugal (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, S/N, 3 dez. 1811).

A aproximação entre as partes aconteceu enquanto forças defensoras do *status quo*, isto é, da situação vigente, defendiam a manutenção da monarquia tradicional do Antigo Regime.

No que tange aos assuntos entre as Coroas, atemo-nos as cartas de Bernardo de Velasco, governador da província do Paraguai, porque são bastante intensas em relatos e comunicações com os portugueses. Há relatos de batalhas de forças vinculadas ao governador de Montevideú contra os revolucionários de Buenos Aires. Veslasco enviou-as a Dom Diogo de Souza, visando a movimentação de tropas, bem como torná-lo ciente da situação conturbada dentro do vice-reino do Rio da Prata. Em 23 de março de 1811 ele escreve para Dom Diogo, enviando uma adjunta cópia, sendo a original enviada ao Vice-rei Francisco Javier de Elío, sobre a batalha do dia 9 de março de 1811, contra os revolucionários de Buenos Aires na costa sul do rio Taquari (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, S/N, 23 mar. 1811). Por sua vez, o rementente pede que a lealdade “de estos nobles provincianos”, como chama os contrarrevolucionários, seja informada ao embaixador Marqués de Casa Irujo, para que em primeira ocasião seja comunicada ao governo soberano da Nação, prossegue “no dudando que V.E la elevará a S. A el Señor Príncipe Regente , y a nuestra Infanta la

señora Doña Carlota Joaquina de Bourbon”. É compreensível que os portugueses estão incluídos na rede de comunicação contrarrevolucionária.

Em correspondência datada do dia 29 de março de 1811, Bernardo de Velasco escreve a Dom Diogo de Souza:

Lo expuesta que está la correspondencia a ser interceptada sólo me permite decir a V.E. que según las últimas partes que se me han dado, los insurgentes evacuaron ya el pueblo de Candelaria, ignorando hasta ahora el rumbo[*sic*] a que se han dirigido, que en mi concepto será el de corrientes, o algún otro paraje de la costa del este del Paraná [...] tengo expedidas las convenientes órdenes al comandante en jefe de las costas del Paraná Don Fulgencio Yegros a fin de que con las tropas de su mando vaya avanzándose a los pueblos de la banda del sur de [?] río para que vuelvan al estado antiguo de subordinación a las autoridades legítimas, y ponga libres las vías de la comunicación por esa parte.

No dudo de los buenos sentimientos que caracterizan a V.E, y de los particulares favores que le debo, me hará el honor de pasarme noticia de cuanto ocurra relativo a las medidas que toma el exmo. Señor Virrey Elío, y de los movimientos de las tropas de Buenos Ayres enemigas declaradas de las dos Coronas: de un momento a otro aguardo iguales avisos del Exmo. Señor Capitán General de Mato Grosso por la parte del Perú (AHRs, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 178, 29 mar. 1811, marcações da autora).

Nessa missiva, percebemos o panorama de grande aproximação entre espanhóis realistas e portugueses, Velasco oferece notícias de diferentes partes da América a Dom Diogo, em contrapartida, ele espera por notícias do capitão-general e governador português do Mato Grosso sobre o Peru.

Seguimos com parte da sobredita missiva, a qual é uma clara solicitação para a união dos lusitanos com as tropas paraguaias na defesa dos territórios do rei Fernando VII da Espanha: “Me lisonjeo que unidas las valientes del Paraguay con las lusitanas toda la América del Sur no es capaz de sustraer los territorios de mi mando de la dominación del Señor Don Fernando séptimo, y unión a la Metrópoli”. Assim, observamos o intento de ampla cooperação entre partes significantes da América do Sul, em um projeto para apoiar a Metrópole contra os revolucionários.

Por outro lado, analisa-se as correspondências provenientes da parte portuguesa no ano de 1810. Nelas, encontramos a troca de correspondências entre os portugueses, bem como, entre portugueses e espanhóis sobre os revolucionários, ao tempo que percebemos como os portugueses monitoravam a situação conflituosa em territórios espanhóis.

Em uma carta reservada de Benito Lopez, datada do dia 24 de dezembro de 1810 e endereçada ao Senhor Marechal da Vila Melo, lemos que Felipe Contucci lhe confia o discernimento sobre a aclamação da Infanta Senhora Dona Carlota Joaquina, “por regenta e interventora a la tranquilidad de tantos males que amenazan [...] a causa de los gobiernos locales y corrompidos que me dicen divididos en diversos bandos democráticos” (AHRS, Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, S/N, 24 dez. 1810). O autor continua a descrever a insurreição, que para ele há muito se instalou nesse povo e sociedade. São assuntos vinculados à junta governativa de Buenos Aires e a revolução anticolonial.

Em carta datada do dia 25 de outubro de 1810, Francisco das Chagas Santos escreve para D. Diogo de Souza. Informa a Dom Diogo que um capitão de milícias espanhol se apresentou com licença do governador Tomás de Rocamora, na qual constava motivos de saúde. O homem tinha, na verdade, desconfiança de ser preso, por apoiar o partido do Governador Velasco. Esse capitão lhe dá as últimas notícias que tem conhecimento:

Que o dito governador do Paraguai em lugar de ir para Assunção, como se dizia, quando se retirou dos Povos Ocidentais do Uruguai, fora com 14.000 homens para Corrientes; cuja cidade tomou, e fez o mesmo que nos ditos Povos [...]; e se retirou a Ñeembucú [...] que a Junta Governativa de Buenos Aires promovera o general da província de Missões Ocidental ao Uruguai ao vogal da mesma junta D. Manuel Belgrano; o qual se achava em Santa Fé [...] que o governo de Montevidéu tem bloqueado a Buenos Aires, donde fizera retirar as embarcações inglesas, que se achavam próximas desta cidade e que o Potosí; e as Províncias do Peru, se haviam agregado Lima, cujo vice-rei se correspondia com o governador do Paraguai Velasco (AHRS, Autoridades Militares, maço 16, documento 664, 25 de out. 1810).

Essas regiões (Montevidéu, Peru e Paraguai) estavam relacionadas aos interesses realistas, por isso, correspondiam-se com Velasco, assim como, preocupavam-se com as

movimentações revolucionárias. Por meio dessas notícias os portugueses estavam cientes da situação dos espanhóis – realistas e revolucionários – em uma escala que compreendia a maioria da América do Sul.

Bernardo de Velasco correspondeu-se também com Francisco das Chagas Santos, que informava D. Diogo de Souza, ou seja, as correspondências entre partes envolviam diversos graus hierárquicos. Ao mesmo tempo, Velasco comprava artilharia e gado, vacum e cavalariço, da parte portuguesa (AHRS, Autoridades Militares, maço 16, documento 662, 20 de out. 1810).

Ademais, os portugueses utilizavam-se das notícias que adquiriam de pessoas que transitavam na fronteira. Um desses casos, é a informação obtida por Santos através de um alferes enviado pelo coronel Rocamora, com o fim ou pretexto de comprar 100 arrobas de erva-mate, ou seja, o comércio era feito também com a parte revolucionária (AHRS, Autoridades Militares, maço 16, documento 662, 20 de out. 1810). Desse modo, ele tem a possibilidade de obter notícias, no caso, o governador de Montevideu e 900 homens da marinha não queriam reconhecer a Junta de Buenos Aires. Além disso, haviam informações que as patrulhas daquela praça estavam interceptando os correios e as cartas da mesma Junta para Rocamora, o qual recentemente havia sido promovido a governador. Nessa carta há o relato das ações dos revolucionários. Informações como essas aparecem nas correspondências portuguesas, a partir da segunda metade do ano de 1810.

É possivelmente um indicativo da constituição do Exército de Pacificação a carta datada de 8 de agosto de 1810, na qual, Francisco das Chagas Santos escreve a D. Diogo de Souza, avisando o recebimento de um ofício desse sobre a determinação de reforçar a defesa do território do Povo de São Luiz com as Tropas de São Paulo, e adverte que não entre em convenção alguma com Rocamora, entre outros assuntos. (AHRS, Autoridades Militares, maço 16, documento 657, 8 ago. 1810)

As informações não eram somente militares, o perigo estava nas ideias revolucionárias de contestação ao poder vigente. Assim, em carta datada de 8 de agosto de 1810, Santos menciona a D. Diogo de Souza um ofício recebido do mesmo, datado de 6 de junho, no qual

Acompanhado da nota dos nomes, e confrontações dos principais comissários, que o intruso rei José Bonaparte destinou a propagarem na América doutrinas revolucionárias: fico portanto na diligência de renovar a ordenada vigilância, que deve haver no exame da identidade de estrangeiros, e mesmo dos nacionais, em toda esta província, conforme V. Exa. Me ordena. (AHRs, Autoridades Militares, maço 16, documento 656, 8 de ago. 1810).

A Junta de Buenos Aires é descrita como um governo ilegal, que negou obstinadamente jurar o conselho de Espanha e Índias, o qual governava em nome de Sua Majestade Católica, e era reconhecido por Portugal, Inglaterra, em todo o Peru, em Montevideu e no Paraguai (AHR, Autoridades Militares, maço 16, S/N, 11 set. 1810). A Junta é descrita como “la resolución de aquella capital no ha tenido otro fin desde sus primeros pasos que apoderarse de la soberanía, pretextando defender los derechos de nuestro degradado monarca el Señor Don Fernando Séptimo” (idem).

Portanto, os documentos dos fundos de Autoridades Militares e Autoridades Militares do Rio da Prata evidenciam a aproximação entre realistas e o império português, ambos preocupados em conter as ideias revolucionárias de independência e contestação. A troca de correspondências demonstra como eles trabalharam juntos nas ações contrarrevolucionárias, possibilitando compreensões sobre como essas foram concordadas e conduzidas. Para isso, a comunicação política assumiu uma composição mais ampla do que a usual, ultrapassando os domínios das Coroas, incluindo os inimigos históricos Portugal e Espanha, porque esses eram os meios possíveis para tentar manter a vitalidade dos impérios.

Referências

Fontes primárias manuscritas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Autoridades Militares, maço 13, documento 72, 16 ago. 1809.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Autoridades Militares, maço 12, documento 2, 25 fev. 1808.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 207, 8 set. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 106. 15 dez. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 107, 21 dez. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento S/N, 31 dez. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento S/N, 3 dez. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento S/N, 23 mar. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, documento 178, 29 mar. 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares do Rio da Prata, maço 216, S/N, 24 dez. 1810.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares, maço 16, documento 664, 25 de out. 1810

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares, maço 16, documento 662, 20 de out. 1810

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares, maço 16, documento 657, 8 ago. 1810

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares, maço 16, documento 656, 8 de ago. 1810

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR), Autoridades Militares, maço 16, S/N, 11 set. 1810

Fontes secundárias:

AMEGHINO, E. **Nuestra gloriosa insurrección**. La revolución anticolonial de Mayo de 1810. Trama política y documentos fundamentales. Nuestra. 1a ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

COMISSOLI, A.. **A circulação de informações e o sistema de vigilância portuguesa da fronteira do Rio da Prata (século XIX)**. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 13, p. 23-40, 2014a.

_____. **Contatos imediatos de fronteira**: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (séc. XIX). Estudios Históricos (Rivera), v. 13, p. 1-19, 2014b.

_____. **Tive ocasião de informar-me melhor**: espões, informantes e comunicação política na fronteira platina, início do século XIX, 2011. Projeto de pesquisa.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, O Marquês do Lavradio – Sentir, escrever e governar (1768-1779)**. São Paulo: Alameda, 2013.